

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Orientação do Parque Água Branca – Dr. Fernando Costa

Realizada no dia 28 de janeiro de 2026, às 10h00, no auditório Paulinho Nogueira, localizado na Avenida Francisco Matarazzo, 455, São Paulo, SP.

Participaram da reunião:

Representantes do Conselho		
Do Governo do Estado	Presidente	Ana Lúcia Seabra (SEMIL/DPU)
	Suplente	Claudia Bortoluci (SEMIL/DEA)
Da Sociedade Civil	Titular	Graziela Garbi (Grupo Escoteiro Tiradentes 107/SP)
	Titular	Maria Laura Fogaça (Associação dos Amigos e Moradores pela Preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança)
	Titular	Jupira Cauhy (Instituto Rogacionista)
	Titular	Regina de Lima Pires (Viva Pacaembu por São Paulo)
Representantes Concessionária Reserva Novos Parque Urbanos S.A.		
Ammy Picolo	Auxiliar Técnica	
Carlos Frazão	Gestão de Eventos	
Luis Loviat	Jurídico	
Paulo Bernardes	COO	
Raphael Ventura	Gestor Área Técnica	
Sônia Reis	Gestor Operação	

A Presidente do Conselho abriu a reunião extraordinária, informando que esta se realiza por solicitação do colegiado, com a finalidade de apresentação do planejamento de ocupação da concessionária para o ano de 2026. Ressaltou a necessidade de o Conselho dar prosseguimento à apreciação e aprovação das atas de reuniões anteriores, ainda pendentes de devolutiva, destacando a importância do cumprimento dos prazos estabelecidos. Solicitou, ainda, que eventuais questionamentos fossem realizados ao final da

apresentação após informes e andamentos, passando a palavra ao representante da concessionária.

O representante da concessionária, Paulo, apresentou os principais andamentos, iniciando pelas ações relacionadas à segurança, destacando a realização de reuniões com o policiamento da região para alinhamento das operações.

Manifestações do colegiado - Segurança

- **Conselheira Jupira** questionou o número de boletins de ocorrência registrados no parque, sendo informado que houve dois registros. Ressaltou a importância do registro formal das ocorrências e a necessidade de evitar interpretações alarmistas quanto à segurança.
- **Conselheira Regina** destacou que a presença da cavalaria no interior do parque exercia efeito inibidor sobre ações criminosas e manifestou entendimento de que o equipamento deveria voltar a ser sediado no parque.

Na sequência, o representante da concessionária atualizou o colegiado quanto ao andamento da reforma do playground e à instalação de câmeras de monitoramento, apresentando linha do tempo das intervenções, organizadas entre aquelas que dependem de autorização dos órgãos de tombamento e as que se caracterizam como manutenções civis ordinárias, com cronograma das ações que não demandam autorizações específicas.

Manifestações do colegiado – Intervenções e autorizações

- **Conselheira Regina** questionou se as autorizações ambientais estavam sendo consideradas e lembrou o

histórico de ocupação de estruturas do parque por órgãos governamentais, ponderando que tais entes poderiam apoiar as ações em curso.

- **Conselheira Jupira** solicitou que eventual reabertura da Área de Preservação Permanente (APP) ao uso público seja previamente dialogada com o Conselho.

Foram apresentadas, em seguida, as intervenções que dependem de aprovação dos órgãos de tombamento, informando-se que a maioria dos projetos se encontra em análise, sendo esclarecido que algumas intervenções possuem caráter obrigatório e outras visam à reorganização de usos. No mesmo contexto, foi abordado o restauro da escada do prédio do Fazendeiro, com previsão de emissão de autorização até março, para viabilizar a execução da obra antes da próxima edição da Casa Cor.

Quanto à ampliação das operações de alimentos e bebidas, foi esclarecida a necessidade de adequações de projeto, alinhamento com os órgãos de tombamento e ajustes voltados à acessibilidade, com previsão de alinhamento junto à Secretaria da Pessoa com Deficiência.

Foi informado que será elaborada carta aos órgãos de tombamento solicitando análise dos processos em andamento, com a possibilidade de assinatura conjunta com o Conselho. O colegiado manifestou que a assinatura poderá ocorrer desde que participe da elaboração dos processos, o que não ocorreu nos casos apresentados. A concessionária esclareceu que passará a compartilhar informações sobre processos e decisões, ressalvadas as questões de natureza jurídica e contratual envolvendo terceiros.

Também foi informado que os investimentos previstos para 2026 estão concentrados no Parque da Água Branca, sendo necessária a aprovação dos projetos até março para conclusão das obras até setembro.

Manifestações do colegiado – Transparência e papel do Conselho

- **Presidente do Conselho** afirmou que o colegiado tende a se manifestar favoravelmente às demandas da concessionária desde que haja disponibilização prévia de informações completas, ressaltando a importância da transparência. Observou, ainda, que o edital previa prazo de até 48 meses para execução das intervenções.
- **Conselheira Jupira** destacou a função do Conselho como representante da sociedade civil, ressaltando que o acesso às informações é condição para eventual manifestação sobre temas de interesse público.
- **Conselheira Maria Laura** ressaltou que o Conselho deve ser compreendido como ente parceiro da concessionária, exercendo papel de balizamento da gestão do parque, destacando que a concessionária assumiu obrigações contratuais ao vencer o edital.
- **Conselheira Regina** reiterou as manifestações anteriores, reforçou a importância da transparência na gestão de bem público.

Foi esclarecido que não houve intenção de desqualificar o Conselho, ressaltando-se que os projetos são avaliados pelos órgãos competentes.

Na sequência, foram apresentados os planejamentos de futuras intervenções comerciais, organizados nos eixos Cultura e Lazer, Alimentação e Eventos, incluindo breve apresentação do Projeto Reconhecer, proposta de alteração da Feira Orgânica e mudança do espaço da equoterapia. Também foram apresentados o projeto do Hub Gastronômico, a proposta de reforma dos quiosques do antigo Bosque da Leitura, a reabertura do aquário, a reforma do Tarttesal (com prazo estimado de 45 dias) e a ocupação prevista para o Baile da Terceira Idade, ainda pendente de aprovação, esclarecendo-se que se trata de projetos em andamento.

Manifestações finais:

- **Presidente do Conselho** agradeceu a apresentação e esclareceu que a reunião teve caráter exclusivamente informativo, não implicando aprovação dos projetos.
- Convidada Claudia solicitou atenção às atividades de cunho social, visando à adequada integração da população no parque.
- **Conselheira Regina** reforçou a importância do uso social do parque e da preservação de suas características originais.
- **Conselheira Jupira** abordou as multas FUNCAPs já aplicadas pelo CONPRESP em razão dos eventos Casa Cor e Fazenda Churrascada, informou que há no DPH proposta de transformar o pagamento das multas em termo de ajustamento de conduta (TAC), procedimento que deveria ser encaminhado antes da aplicação da multa, conforme estabelece a legislação, e questiona a ausência de informação ao Conselho, sendo esclarecido que a SEMIL desconhece a proposição de TAC.

- **Conselheira Graziela** manifestou preocupação com o aumento de ocupações e a redução de espaços de circulação e fruição espontânea, tema que a Presidência sugeriu aprofundar em momento oportuno.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo determinada a lavratura da presente ata.

Outros presentes: Stela Santos, Maura Takemiya, Cláudia